

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.660.500 - RJ (2020/0030651-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : UNIÃO**  
**AGRAVADO : ALDO DEMERVAL RIO BRANCO FERNANDES**  
**ADVOGADOS : CASSIANO LEAL PEREIRA - RJ157858**  
**ANDRÉ VIANA BONAN DE AGUIAR - RJ171681**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por UNIÃO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre apresentado por UNIÃO, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

PROPRIEDADE INDUSTRIAL - APELAÇÃO CÍVEL - ALTERAÇÕES À INTEGRALIDADE DAS OBRAS DO APELADO - OCORRÊNCIA - VIOLAÇÃO AO DIREITO AUTORAL - DANO MORAL - CARACTERIZAÇÃO - DEVER DA UNIÃO FEDERAL DE INDENIZAÇÃO - ARTIGOS 186 E 927 DO CÓDIGO CIVIL - VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS QUE DEVE SER ARBITRADO DE FORMA PRUDENTE - ATUALIZAÇÃO DO VALOR E JUROS DE MORA - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 54 E 362 DO STJ RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO

A recorrente insurge-se contra sua condenação em danos morais a favor do recorrido, bem como contra o valor arbitrado.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para

# *Superior Tribunal de Justiça*

caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente